

401636

1) Através do conflito regional Israelo-Palestiniano podemos identificar aspetos em que os estudos sobre relações internacionais se distinguem dos estudos sobre direito internacional.

Para entender melhor como é que Israel se tornou uma nação, é necessário remeter ao século XIX, aquando o antissemitismo ascendia no mundo. Na segunda metade do século XIX, as perseguições e ataques ao povo judaico tendiam a aumentar, principalmente no leste e centro europeu, tais acontecimentos levaram à criação de um movimento intitulado de movimento sionista. O sionismo é o movimento nacionalista judeu e tem como principal objetivo o apoio à criação do Estado Nacional dos Judeus na Palestina, o que não só iria dar aos judeus o lar por que sempre ansiaram, como iria colmatar o problema do antissemitismo e perseguições sentidas na Europa. Uma vez que aumentam as perseguições aos judeus, a ideia de retornar à terra natal e de lá restaurar a cultura estava cada vez mais patente.

Theodor Herzl publicou a obra “Estado Judeu” e concedeu um caráter político a este movimento. Neste livro podíamos encontrar um programa de como a questão judaica podia ser resolvida. Ora, em 1897, Herzl organizou o Primeiro Congresso sionista, que se realizou na Suíça e foi responsável pela afirmação dos judeus num esforço conjunto, colocando em destaque a questão judaica, tal como a continuidade histórica dos judeus e o facto de não se identificarem com a Palestina. Posteriormente, em 1901, o Congresso Sionista volta a reunir-se e, desde então, passou a reunir de 2 em 2 anos. Aquando a recusa do pedido de autonomia da Palestina, Herzl, encontrou apoio na Grã-Bretanha.

Efetivamente, a maior realização sionista foi a efetiva criação do Estado de Israel, porém, foi a partir desta situação que se iniciaram os conflitos entre palestinos e judeus. Esta situação agravou-se aquando a ocorrência de um imenso processo de emigração de judeus perseguidos pelo nazismo, os quais encontraram refúgio em Israel. Atualmente, a questão continua sem resolução.

A divisão do Império Otomano foi planeada em vários acordos secretos elaborados pelos aliados no início da Primeira Guerra Mundial, ressalve-se o Acordo Sykes-Picot, também conhecido como Acordo da Ásia Menor. O acordo baseava-se no fundamento de que a Tríplice Entente derrotaria, inquestionavelmente, o Império Otomano. As negociações que levaram ao acordo ocorreram entre novembro de 1915 e março de 1916, e a sua assinatura ficou concluída dois meses mais tarde, atribuindo à Grã-Bretanha o controle das áreas entre o Mar Mediterrâneo e o Rio Jordão.

De facto, o acordo é entendido por muitos como um ponto de viragem nas relações ocidentais e árabes, no entanto, muitos historiadores consideram que as fronteiras estabelecidas pelo Acordo Sykes-Picot são artificiais e responsáveis por vários conflitos na região. Uma vez que o Acordo estabelece a estrutura das fronteiras, provou ressentimento que vem a persistir até aos dias de hoje. O Acordo é frequentemente criticado, bem como a Declaração de Balfour, uma vez que foram responsáveis pelas promessas contraditórias feitas pela Grã-Bretanha à França, aos árabes e aos sionistas.

Em 1917, uma carta ficou conhecida como “Declaração de Balfour”, esta foi escrita por Arthur Balfour e dirigia-se ao Barão Rothschild. Nesta carta era demonstrado o apoio do governo britânico relativamente à nação judaica que se estabelecia na Palestina. Contudo, era ainda mencionado na carta que nada deveria “prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não-judias que já estavam ali”.

Esta tomada de posição era vista pelos palestinos como uma enorme traição especialmente quando é levada em conta uma promessa feita anteriormente apenas para garantir o seu apoio político e militar aos britânicos na Primeira Guerra Mundial. No entanto, sendo o Império Otomano derrotado a declaração passa a ser apoiada pelos aliados, bem como pela Liga das Nações, e o Reino Unido fica encarregado da administração desses territórios.

Finalmente, em 1947, a Assembleia Geral da ONU adotou a resolução 181, a qual aprovou o plano de divisão da Palestina, que estipulava a criação de um Estado árabe e outro judeu, porém, os países árabes recusaram-se a assinar o plano da ONU, aumentando assim a tensão na região. Todas estas situações culminaram com a Guerra Árabe-Israelense, que obrigou milhares de palestinos a fugir do recém-criado Estado de Israel.

Depois de uma primeira revolta árabe na Palestina em 1929, decorreu novamente outra, em 1936, por motivos distintos. A primeira terá decorrido, de acordo com a Comissão Shaw, devido ao facto de haver sentimentos de animosidade e hostilidade dos árabes perante os judeus, devido à colonização sionista e à crescente vaga de judeus que se alojavam na Palestina. Já a segunda revolta, conhecida como a “Grande Revolta Árabe”, foi um novo, e bem maior, levantamento político-militar. Era dirigido pelas elites sociais e políticas locais, contra, em primeiro lugar os ocupantes ingleses, que detinham a administração da Palestina desde 1920, mas também contra o crescimento da população judaica de origem europeia na Palestina, e da consequente colonização da região.

A religião exerceu um papel muito menor do que na revolta de 1929. As massas nas ruas já não eram apenas constituídas por camponeses, mas também por jovens urbanos, os shebab, que

era um grupo nacionalista adepto da independência composto por árabes muçulmanos, cristãos e judeus. As principais imposições da revolta seriam o fim da imigração judaica, a proibição da venda de terras árabes aos judeus e o estabelecimento de um “governo de representação nacional palestino”. Em resposta aos grandes tumultos levantados pela população as classes governantes árabes criaram prontamente um Alto Comitê Árabe (ACA) para controlar a revolta.

A revolta acabou por se desenvolver em 2 fases. A primeira, em 1936, foi dirigida principalmente pelo Alto Comitê Árabe e concentrou-se principalmente em torno de greves e outras formas de protesto. Esta fase foi derrotada pela administração civil britânica com recurso a diplomacia internacional e ameaça ao uso da lei marcial. A segunda fase começou no final de 1937 e baseou-se num movimento de resistência violento, liderado por camponeses que cada vez mais tinham como alvo as forças britânicas. Durante esta fase, a rebelião foi brutalmente reprimida pelo exército britânico e a força de polícia palestina que procuravam intimidar a população árabe e minar o apoio popular à revolta. A disparidade das forças combatentes foi bastante notória nesta fase do conflito.

Em 1937, a chamada “Comissão Peel” recomendou a divisão do país com uma parte judia e outra árabe. Apesar deste programa da Comissão ter sido bem recebido pelos sionistas, resultou numa nova revolta sendo que foi rejeitado pelos árabes. Por fim a Comissão Peel propôs, então, dividir a Palestina em três zonas, um Estado árabe, um Estado judeu e uma zona sob a administração britânica.

No ano seguinte, foi enviada pela Inglaterra uma comissão à Palestina, esta tinha o intuito de executar o plano de partilha da anterior comissão, mas acabou por considerar que tal repartição do território seria absurda. Os palestinos não renunciavam ao seu território e os sionistas, que viam um “desvio” na política oficial britânica, ainda não aceitavam a ideia de criar o Estado judaico só numa parte da Palestina, pois tal significaria renunciar à reivindicação da totalidade do país. Foi então nestas circunstâncias que foi proposto o "Livro Branco" de 1939, que consagrava a criação de um só Estado para árabes e judeus, no prazo de dez anos.

A revolta árabe estaria controlada, mas a situação do Oriente Médio e do mundo árabe mudou drasticamente. Não só se iniciou a “Grande questão israelita”, com a criação do Estado partilhado pelos dois povos, como também o conflito passou a tomar repercussões a nível mundial. A revolta deu-se por terminada no início da Segunda Guerra Mundial, tendo ficado o futuro da região pendente do desenlace do grande conflito à escala mundial.

O desfecho da resolução 181 resultou num novo reacender do conflito entre israelitas e árabes. Logo, no dia seguinte à aplicação do Plano de Partilha da Palestina, iniciou-se a Guerra israelo-árabe que, na sua primeira fase, teve contornos de Guerra Civil. Em abril de 1948, uma organização paramilitar, passou para a ofensiva israelita, atacando vários povoados árabes, deixando no seu rasto centenas de mortos, feridos, desalojados e refugiados. A 14 de maio de 1948, o líder judeu declarou a independência do Estado de Israel, que foi imediatamente reconhecida pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Em resposta direta a este acontecimento a guerra alargou-se com a entrada na Palestina do apoio da Liga Árabe, que contava com a coligação de forças da Transjordânia, da Síria e do Egipto, ajudadas por contingentes libaneses e iraquianos. Esta chegada de novos atores no conflito permitiu que houvesse um equilíbrio de forças, levando assim ao prolongamento do mesmo.

Na ONU, os EUA pronunciaram-se por um cessar-fogo acompanhado de sanções, uma vez que era considerado por eles que os Estados árabes “violavam a lei internacional”. O exército israelense acolheu de imediato a proposta de cessar fogo, pois não pretendiam regredir nos progressos e conquistas que já tinha realizado. Já os exércitos árabes, pelo contrário procuravam manter o conflito. Este conflito foi a primeira das três grandes guerras árabe-israelenses. A segunda ocorreu em 1967 e a terceira, em 1973. Nas duas décadas que se seguiram ao fim da conflito israelo-palestiniano, um grande clima de tensão foi vivido na região, que se viu agravado com a formação de movimentos de resistência palestinos que passaram a atuar de forma cada vez mais decidida contra Israel principalmente ao longo da fronteira. Esta continua repetição de episódios de confronto resultaram numa situação de atrito constante.

A conferência da Liga Árabe realizada no Cairo, em 1964, deu origem à Guerra dos Seis Dias nela foi debatido o desvio das águas do Jordão, questão de suma importância para aqueles ali presentes. Nessa conferência, foi então decidido que o estabelecimento de Israel constituía uma ameaça que devia ser impedida. Tendo já sido humilhados em confrontos anteriores a nação árabe estava a combater a sua ocupação pelo país vizinho. Por isso, em 1967, é iniciada uma troca de ofensas diplomáticas por parte do Egito e da Síria com o intuito de captar apoios contra Israel.

O Egipto acaba por ser o causador do despoletar do conflito, uma vez que o seu presidente, Nasser, tomou medidas que puseram em causa a paz da região, Israel vê estes movimentos políticos como uma eventual agressão ao seu Estado, e, por isso mesmo, decide lançar um ataque preventivo. Após serem empurrados para o Canal do Suez, os egípcios acabaram por aceitar o cessar-fogo proposto. Como resultado direto da guerra, aumentou o número de

refugiados palestinos na Jordânia e no Egito. Através da sua relação com a URSS, a Síria e Egito aproveitam para instalar novos mísseis, mais perto do Canal de Suez. Enquanto que o equipamento militar dos Estados árabes foi reduzido para metade na guerra. O grande vencedor, Israel, anexou Jerusalém, e ocupou sem prazo de retirada a Cisjordânia, a península do Sinai, a faixa de Gaza e as colinas de Golã. Desobedecendo às determinações da ONU, que exigia a devolução dos territórios ocupados, Israel manteve as suas conquistas territoriais.

Em 1967, foi aprovada a retirada de Israel dos territórios ocupados na guerra e a resolução do problema dos refugiados palestinos pelas Nações Unidas. Israel não cumpriu a resolução, este afirmava que só ponderaria desocupar os territórios se os Estados árabes reconhecessem o Estado de Israel. Deste modo, a resolução que procurava reconhecer o direito de todas as nações à sua independência e que visava por uma estabilidade na região acabou por nunca ser inteiramente cumprida.

Entre os conflitos todos que Palestina e Israel tiveram, uns dos que se destacaram mais foram a I e a II Intifadas. A I Intifada deu-se em 1987, tendo acabado em 1993. Existem diversas teorias sobre como é que este conflito despoletou, no entanto, a que parece abranger mais concórdia entre os académicos, é que a I Intifada nasceu de resposta aos abusos por parte do exército israelita ao povo palestino, que chegavam a demolir as suas casas, impor um horário de recolha obrigatório, entre outros acontecimentos. Este acontecimento acabou por levar 10,000 palestinos a um funeral que mais tarde gerou as manifestações da I Intifada.

Em 1988, o Rei Hussein da Jordânia, renunciou as suas responsabilidades administrativas na Cisjordânia, acontecimento que mudou o conflito para sempre. A sua renúncia leva a que o movimento Palestino ganhe mais força, dando à Organização para a Libertação da Palestina (OLP), a sua chance de proclamação de Estado e a oportunidade de ser um agente com maior reconhecimento no âmbito internacional. A Intifada continuou, contudo, a OLP tentou acabar o conflito de maneira pacífica. No fim desse mesmo ano, a organização reconhece o direito de Israel existir e mostra-se disponível a negociações para terminar o conflito, que acabam por só ser aceites em 1992, nos Acordos de Paz de Oslo.

O Acordo de Paz de Oslo foi visto pela comunidade internacional, pelos israelitas e palestinos como o primeiro passo de muitos para uma paz tão desejada por todos, simbolizando igualmente o início do processo de criação de um Estado palestino. Finalmente poderia ser criado um território estável, onde seria possível o crescimento económico e social. Infelizmente essa conclusão é ansiada até aos dias de hoje. Sendo que, em 1995, as

negociações de paz foram afetadas negativamente pelo assassinato de Rabin, este foi morto por um extremista judeu. Também se assistiu à ascensão de um grupo considerado terrorista (Hamas) por muitos agentes e que conseguiu subir ao poder em Gaza, após a II Intifada.

Na II Intifada, tal como a primeira, existem incertezas sobre o motivo que despoletou este acontecimento, havendo diferentes versões. Os israelitas afirmam que se iniciou com Arafat e a sua decisão de usar a violência e pelo facto de o ANP ter aumentado o seu controlo, passado assim a exceder as fronteiras estabelecidas nos Acordos de Paz; já segundo os palestinianos, o conflito despoletou devido à pressão na Cisjordânia não ter diminuído

Atualmente, a comunidade internacional ainda admite que a relação entre Israel e a Palestina é complicada. Ainda se assiste a muita opressão de Israel para com os palestinianos e não nos podemos esquecer de que os Hamas – “Movimento de Resistência Islâmica” – têm continuado a utilizar bombas suicidas. Para além da violência constante por ambas as partes, o reconhecimento de Jerusalém como a Capital de Israel por parte dos Estados Unidos não ajudou no processo para a paz. Este reconhecimento levou a uma grande divisão na comunidade Internacional e demonstrou que esta superpotência apoia Israel, contrariando a procura de um caminho neutro e pacifista. Este fenómeno levou a que Palestina recusa-se a que os Estados Unidos fizessem mais alguma vez o papel de mediador em eventuais negociações futuras.

Os eventos ocorridos nos últimos anos, em claro desrespeito dos Acordos, não dão esperanças para tal. Assim, o objetivo de criar dois Estados em paz, Israel e Palestina, está cada vez mais distante. Ambos os lados do conflito continuam a encontrar justificações para as suas ações. A Palestina considera que Israel responde com ações significativamente mais violentas e que os cidadãos palestinos é que são prejudicados, acredita, também, que a Faixa de Gaza tem sido ocupada indevidamente e que os israelitas têm vindo a criar cada vez mais settlements, em territórios considerados palestinos. Por outro lado, a necessidade de proteção de Israel é justificada por se considerar a melhor Democracia do Médio Oriente rodeada por países hostis, que é o maior aliado dos EUA no Médio Oriente; e que em Gaza os cidadãos israelitas são alvo de ataques dos Hamas que com centenas de bombas matam muitos inocentes. Proclamam ainda, que estes terroristas se escondem por trás de civis provocando um contra-ataque de Israel que falha o alvo atirando em cidadãos. Nestes argumentos há sempre uma justificação para que haja a continuidade de qualquer conflito, gerando ainda mais problemas.

É um conflito que tem raízes bíblicas e que ao longo da história se foi agravando devido aos interesses das potências mundiais e, por isso, as soluções pacíficas têm sido cada vez mais

esquecidas por parte da população, que por sua vez se tem aliado frequentemente a fações mais radicais.

No estudo deste conflito, podemos afirmar que o estudo sobre as relações internacionais se concentra em todo o contexto e motivação e desenrolar da relação entre os dois Estados. Enquanto que, o direito internacional está presente em todas as questões jurídicas que envolvem esta relação, como os Acordos de paz e a intervenção das organizações internacionais.

2) Para distinguirmos diplomacia de política externa, podemos olhar para o exemplo chinês.

A China, atualmente, é uma das potências mundiais, contudo há apenas quatro décadas era um país rural e pobre. Depois de séculos de isolamento das principais correntes globais sobre o domínio de Mao, a atual China disputa, agora, o palco mundial.

A quarta geração de líderes políticos, à qual pertencia Hu Jintao, antecessor de Xi, é caracterizada pelo desenvolvimento científico e pela adoção do conceito de “sociedade harmoniosa”. As medidas de recuperação económica implementadas, foram responsáveis pela ascensão da economia chinesa à segunda posição mundial em 2010. Este ano foi o ponto de viragem para o seu estatuto internacional e para as relações que estabelece com outros países. A China adquire dívida soberana da eurozona, aumentando a sua influência político-económica na EU e tornou-se o maior exportador mundial. A globalização foi um fator fundamental para o crescimento deste país.

No que toca a política externa, inicialmente, os líderes Mao e Deng implementaram políticas que levaram à mudança com o investimento e criação de fábricas que resultaram numa reativação da economia. Com Xi, e a abertura da região oeste, levou as maiores produtoras e maiores consumidores do mundo em diversas áreas. Por outro lado, a maior vantagem é que na verdade a China tornou-se num negócio de alto lucro. É assim que se explica como é que os empregos de dinâmicas capitalísticas tiveram sucesso num país comunista, e foi assim que a China conseguiu tirar 800 milhões de pessoas da pobreza em apenas 30 anos e que neste momento encontra-se a caminho de se tornar a maior superpotência mundial.

Desde o início, Xi Jinping tem como prioridade impedir que a China sofra um colapso igual à da União Soviética, exaltando a ideia do “Chinese dream”, e este definiu duas datas importantes na sua estratégia para a realização dos seus objetivos centenários, ou seja, nos cem anos da fundação do Partido Comunista Chinês em 2021, a China deverá ser possuidora de uma

“sociedade moderadamente próspera em todos os domínios”, e em 2049, nos cem anos da fundação da República Popular da China, esta deveria ser “um país socialista moderno, próspero, forte, democrático, culturalmente avançado e harmonioso”. Com este estabelecimento de metas, mostra que, de facto, a China está a fazer de tudo para que possam ser cumpridas, pois na corrida a superpotência mundial a China seria a última a não concretizar o que foi definido.

Através do pragmatismo e de uma liderança forte, a China transformou os seus recursos numa estratégia deliberada, com vista a atingir um vasto leque de objetivos. A globalização chinesa é fruto dum gradualismo experimental tipicamente chinês. A falência do banco Lehman Brothers e a consequente crise financeira e económica confirmou ao mundo o declínio relativo do Ocidente. Esta crise foi aproveitada pela China para a consolidação do seu papel como potência do momento. O sistema político e económico ocidental mostrou, no início do novo milénio, as fraquezas consequentes de décadas de falta de regularização. A ausência de mecanismos de supervisão e regulação no setor financeiro conduziram o sistema financeiro ao caos, por outro lado, a detenção do controlo dos fatores macroeconómicos, colocou a República Popular da China ao abrigo das ondas de choque causadas pela grave crise financeira e económica de 2008, o que permitiu a ascensão do poderio chinês.

O Estado Chinês detém controlo das políticas macroeconómicas e industriais, de defesa externa e segurança, possuindo, também, o domínio da área das ciências e tecnologias. A administração das pastas de assuntos de cariz estatal caracterizava-se pela sua autoridade, o que permitiu à China ter uma abordagem diferente às crises internacionais em que o mundo se viu absorvido, o que tem contribuído para sua ascensão económica e política. Deste modo, o Governo Chinês direciona as suas políticas com o intuito de promover a construção da estabilidade política interna, bem como a reconquista de uma posição internacional autónoma.

A atual estratégia económica chinesa é complexa: o desenvolvimento económico da China situa-se num período de transição interna. Décadas de crescimento económico exponencial disfarçaram problemas e falhas a nível social. O crescimento chinês, fortemente concentrado no investimento direto externo, tem gerado desequilíbrios económicos e sociais. Os danos colaterais, causados pela atividade económica colossal dos últimos anos, tiveram como consequência um período de transformações internas na China atual, bem como a um ciclo de redefinição das suas projeções sociais, políticas e económicas na arena mundial. Como consequência, o Governo Chinês viu parte da sua autonomia refém do capital externo, devido ao excessivo investimento direto externo na economia do país. Na tentativa de se tornar menos

dependente do exterior, a China planeia investir na sofisticação produtiva e tecnológica em grande escala, com o intuito de ampliar a produtividade económica. Este país prura ainda aprofundar e reformar as dinâmicas com o exterior, enquanto estabelece a sua inovação e autossuficiência tecnológica. Na tentativa de contrabalançar os desequilíbrios causados pela presença em demasia de capitais estrangeiros, o Governo chinês tem tentado delinear um novo regime de crescimento sustentável, articulado às particularidades de um Estado de bem-estar único. A aposta chinesa no mercado interno deve-se, em parte, ao crescimento das classes médias nos últimos anos. A industrialização chinesa decorrida das últimas décadas, absorveu parte significativa da mão-de-obra do país, o que trouxe novos rendimentos a uma fatia da população, desenvolvendo e amadurecendo as classes médias. O Governo Chinês prevê que, nos próximos anos, o mercado interno se fortaleça - a estrutura económica será, portanto, melhorada, de modo a satisfazer o aumento da procura interna de bens e serviços. Nos últimos anos, a China tem vindo a diversificar os seus serviços através de largos investimentos em empresas do setor terciário com sede ocidental.

O facto de basear a sua política externa na interna, leva à tomada de decisões que, por vezes, podem parecer contrárias. Mas, é desta forma que nos é possível perceber que é uma evidente estratégia de smart power, isto é, a alternância entre soft power e hard power, tendo em conta a relevância da questão. Tal como alterna entre soft e hard power, também alterna entre o multilateralismo e o bilateralismo, dependendo, mais uma vez, da importância da questão.

Um dos pilares da estratégia chinesa para o futuro é o desenvolvimento da sua moeda - o Yuan. A estabilidade cambial é, não só um instrumento de política macroeconómica, mas também um instrumento de política de desenvolvimento. Apesar da China ser a fábrica do mundo, o seu câmbio é muito desvalorizado. O seu sistema bancário é frágil e o acesso ao crédito é difícil para muitas pequenas e médias empresas, daí a necessidade de financiamento externo. Esta está dependente dos mercados financeiros do Ocidente, por isso, se a União Europeia e os E.U.A. forem vítimas de uma crise financeira e as moedas desvalorizarem, as reservas cambiais e financeiras da China reduzirão. A China e os E.U.A. apesar de adversários, dependem mutuamente entre si. Os E.U.A. necessitam imenso do capital chinês para financiar e combater o seu pesado défice, enquanto que a China possui parte importante das suas poupanças em dólares americanos. Ao mesmo tempo, a China tem vindo a investir em empresas europeias. Antes da China penetrar no sistema ocidental, não possuía um modelo de diversificação de serviços; a sua criação tem sido feita através da compra de serviços ocidentais. Esta dependência mútua entre a República Popular da China e o mundo Ocidental, tem criado um equilíbrio de

forças muito delicado entre ambos. Os investimentos de capitais chineses em títulos dos E.U.A. e da Europa, faz com que a sua política cambial dependa da estabilidade financeira dos países do Ocidente. Como consequência, a China tem tido, nos últimos tempos, dificuldade em obter crédito devido à fragilidade dos mercados do euro e dólar. Na tentativa de contrariar a dificuldade em obter crédito e de se tornar mais autónoma, a China pretende investir na estabilidade da sua moeda, visto que esta permite ganhos de independência ao exterior. A solidificação do Yuan como moeda de referência internacional permitiria, à China, a consolidação de um mercado endógeno forte e a afirmação internacional como força motriz económica.

Na diplomacia chinesa, as relações e a aproximação de outros países era também utilizada como uma estratégia de desenvolvimento. A República Popular da China tem delineado novas relações financeiras e diplomáticas, através de dinâmicas de investimento e de defesa dos seus interesses, que visam desencadear um processo de transição na Sociedade Internacional. Esta trajetória de desenvolvimento liderada pelo Governo Chinês está em constante construção, caracterizando-se pela presença de avanços e recuos. A estratégia de desenvolvimento chinesa é um processo longo e experimental que visa a articulação interna e externa, de modo a capitalizar o poder e influência da China a nível regional e global.

Uma relação diplomática fulcral para a China é a relação com os Estados Unidos. Em 1949, estes países estavam de relações cortadas devido à guerra civil chinesa, onde os comunistas tinham vencido. Contudo, mais tarde, as duas potências perceberam que era mais vantajoso serem aliadas, sendo que, tinham o objetivo comum de parar o crescimento e influencia da União Soviética. Podemos afirmar que esta relação permitiu que a China se afirmasse no panorama internacional.

Concluindo, a China, nos últimos anos, tem-se afirmado em todas as frentes, a nível económico tornou-se numa das nações indispensáveis, a nível demográfico é a superpotência, a nível geográfico, possui uma larga extensão de terra que lhe permite a extração, produção e transformação de recursos, bem como a organização estratégica das redes de energia e comunicação, e é, no Sistema Internacional, um dos atores mais influentes, sendo uma das maiores potências tecnológicas e militares. A nível tecnológico, a China está a caminho da fronteira mundial, não sendo, ainda, uma potência plena nesta área. A nível bélico, a China possui um dos maiores e mais poderosos exércitos do mundo, tendo, em sua posse, novas armas de alta tecnologia de uso estratégico. A China peca, no entanto, na capacidade de influência cultural e ideológica. Apesar de ter obtido, gradualmente, mais poder de decisão no âmbito das

organizações internacionais, é incapaz de projetar a sua ideologia política enquanto nação, não tendo condições para fornecer bens públicos globais. No plano geoeconómico asiático e mundial, destacam-se as negociações bilaterais com países em desenvolvimento, onde a China assumiu o papel de ator interveniente essencial, projetando os seus interesses no plano político e económico. Podemos perceber que uma estratégia deliberada e ponderada, nos campos económico, cambial e financeira, permitiu à China conceber um crescimento económico colossal. Deste, surgiram grandes programas de investimento tecnológico e bélico, que evidenciam a dimensão do poderio chinês. A China conquistou, deste modo, uma enorme influência política e diplomática, o que a distingue como possível superpotência mundial.